

## **ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA: ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE. IMPACTOS E PERSPECTIVAS**

*Mercosur-European Union Agreement: between reality and discourse. Impacts and Perspectives*

*Charles Pennaforte<sup>1</sup>  
Genaro da Silva Ribeiro<sup>2</sup>  
Nairana Karkow Bones<sup>3</sup>*

### **Introdução**

A assinatura de um mega-acordo de liberação econômica e comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE) é um antigo objetivo de segmentos empresariais, principalmente brasileiros (FIESP e o agronegócio), desde a primeira metade dos anos 1990. O primeiro tratado de cooperação com o objetivo de criação de um mega-acordo de livre comércio foi celebrado em 1995. Todavia, durante o primeiro período de negociações (1999-2004), ocorreram poucos avanços. Após este período, as tratativas permaneceram paralisadas por pelo menos seis anos, até que, a partir de 2010, ocorreram novas discussões. Desde 2016, há uma demonstração maior de interesse e mobilização para um possível desfecho positivo de um acordo para o mais breve possível.

O “novo impulso” que estamos verificando para as negociações Mercosul-UE surgiu tanto a partir do cenário político criado pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, como pela ascensão de Mauricio Macri na Argentina, em 2015. A grande crítica feita aos governos petistas e kirchneristas foi a excessiva “politização” do Mercosul e o abandono dos interesses econômicos do bloco (ALMEIDA, 2016). Do outro lado, a União Europeia acredita no avanço do interregionalismo/bilateralismo para a construção do acordo entre os dois blocos econômicos em meio ao protecionismo da administração Donald Trump.

---

<sup>1</sup> Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina). Pós-doutor em Integração Regional pela UNiversidade de São Paulo (USP). Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e no Curso de Relações Internacionais. Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul. Email: charlespennaforte@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista IC/UFPEL, membro do Grupo de Pesquisa CNPq/UFPEL Geopolítica e Mercosul. Email: genaroribeiro@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista IC/FAPERGS Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/UFPEL Geopolítica e Mercosul. Email: nairanabones@gmail.com

Este artigo busca, então, avaliar a relevância de um acordo de livre comércio a “portas fechadas” (negociado por empresários e governo, sem uma discussão ampla com a sociedade) entre os blocos no cenário atual tendo em vista as assimetrias econômicas e tecnológicas existentes entre os dois blocos, bem como o discurso proferido pelas autoridades e pela mídia dos “indiscutíveis” ganhos por parte do Mercosul decorrentes da assinatura do acordo, assim como por um governo que está impondo uma agenda política e econômica que não possui nenhum respaldo popular no Brasil.

Assim sendo, este trabalho está dividido em quatro partes: na primeira, se faz um breve recorte da formação histórica do Mercosul; na segunda, busca-se contextualizar e analisar as primeiras tratativas de 1995-2010; na terceira, analisa-se criticamente o momento atual de negociações; e, na quarta parte, procura-se traçar paralelos, similaridades e diferenças entre as duas fases distintas de intercâmbio de propostas, questionar a validade e objetividade do tratado, assim como a falta de informações referentes às tratativas a “porta fechadas” em curso para o grande público e as possíveis consequências reais para o bloco.

### **Um pequeno recorte histórico**

O acordo entre o Mercosul e a UE é um velho desejo de segmentos empresariais brasileiros. Contudo, entre a visão dos produtos brasileiros (e mercosulinos) inundando o mercado europeu e provocando superávits e a realidade de um comércio bilateral existe uma grande distância.

Na onda do regionalismo aberto dos anos 1990, a UE percebeu a importância de se aproximar da América Latina frente a nova realidade que começava a existir no Cone Sul a partir do fim da Guerra Fria e a intensificação da globalização neoliberal sob o comando dos Estados Unidos (EUA). A assinatura do Tratado de Livre Comércio da América Norte (NAFTA, em inglês) pelos EUA, Canadá e México, em 1994, foi o sinal de que o novo regionalismo se intensificaria nas Américas.

Poucos anos após o Tratado de Assunção (1991) ser firmado, a União Europeia demonstrou interesse na aproximação político-econômica com o Mercosul, o que consolidou-se em 1995 no *Acordo-Quadro de Cooperação entre a União Europeia e o Mercosul* (MERCOSUL/CMC/DEC. N° 5/95). Este acordo entrou em vigor no ano de 1999 e visava o fomento de iniciativas e condições que permitissem uma associação inter-regional no futuro e resultou no início da negociação de um acordo de um Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os blocos. Contudo, as primeiras propostas efetivas foram apresentadas somente em 2004.

Os dois blocos tinham expectativas diferentes nos resultados do acordo. Por parte do Mercosul e do Brasil, esperava-se que o acordo trouxesse uma maior consolidação de sua imagem na comunidade internacional em sua fase inicial (BRESSER-PEREIRA; THORSTENSEN, 1995), como um grupo capaz e atuante em promover o apoio do Cone Sul às atividades do bloco e expandir a exportação de seus produtos, notadamente os agrícolas. Já para a União Europeia, a intenção era de realizar um processo gradual de liberalização econômica e uma inserção em mercados ainda pouco explorados. Todavia, as propostas iniciais não atenderam às expectativas de ambos os lados.

A falta de coesão interna do Mercosul (principalmente de Brasília e Buenos Aires) dificultou, ao longo do tempo, a convergência de interesses e de uma proposta comum. Vários fatores podem ser apontados, entre eles, o governo argentino, frente a uma possível perda de competitividade na primeira década dos anos 2000, bem como a crise econômica do país, as divergências entre os dois países no ritmo de aprofundamento da integração e da agenda regional (BERNAL-MEZA, 2013, p. 06-07) e o consequente ajuste de prioridades do Brasil em direção a chamada Cooperação Sul-Sul, esfriaram as tratativas rumo a um possível “Mercosul profundo”. Sobre a falta de “coesão interna” no Mercosul, Bernal-Meza (Idem, p. 09) assinalou que:

(...) el Mercosur nunca será más de que lo es actualmente. Nunca será un Mercado Común porque los intereses del Brasil no están involucrados en ese objetivo y porque la relación bilateral entre Argentina y Brasil depende, en buena parte, de las decisiones de Buenos Aires que no responden a lógicas de integración, sino a las de la política interna.

Estes fatores contribuíram para a lentidão e a posterior paralisação das negociações. Contudo, existia a concordância na necessidade de se construir mecanismos mais equilibrados para a interação comercial entre os dois blocos desde 2004, apesar da suspensão das negociações em 2007.

Em 2010, devido à estratégia dos países desenvolvidos de superar a crise por meio da liberalização de novos mercados para seus produtos (GUIMARÃES, 2014), seguido dos efeitos da crise mundial, que passou a afetar também os países em desenvolvimento como o Brasil e Argentina, voltou a gerar uma nova convergência de interesses entre o Mercosul e a União Europeia.

Contudo, sob o ponto de vista prático o bloco europeu não fez concessões significativas para o Mercosul, seguindo a mesma linha no âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Vale lembrar que tanto o Brasil como a Argentina atuaram de maneira integrada desde 2003 com o objetivo de superar as políticas protecionistas do setor agrícola das grandes potências. Em 2008, por outro lado, as posições já não estavam tão coadunadas.

A ascensão ao poder de Mauricio Macri na Argentina marcou o fim do que foi chamado de ciclo de “governos progressistas” em 2015. No Brasil, em 2016, o impeachment de Dilma Rousseff encerrou a hegemonia petista no Palácio do Planalto, após uma grave crise econômica potencializada pela crise política na esteira de uma nova agenda de perspectiva economia e social conservadora.

A crise econômica mundial de 2008, com impactos diretos sobre o crescimento dos países centrais e, principalmente, da China, provocou o fim do chamado Boom das Commodities, ocorrido entre 2000 e 2009. Brasil e Argentina passaram a sofrer os seus efeitos econômicos, que propiciaram o fim do chamado “giro à esquerda”<sup>4</sup> da década passada (PENNAFORTE, 2017, p. 32), quando tais governos denominados de “progressistas” tinham em comum a superação do Consenso de Washington e a volta do Estado como importante ator (STOESSEL, 2014, p. 124).

<sup>4</sup> Sobre o tema ver Soledad Stoessel (2014) que faz uma análise ampla sobre a discussão acadêmica dos governos de esquerda que chegaram ao poder na América Latina a partir do início do século XXI.

Agora sob novo comando, Brasília e Buenos Aires resolveram recuperar o “tempo perdido” em relação aos possíveis mega-acordos comerciais. As declarações das chancelarias de ambos os lados, colocando o acordo entre o Mercosul e a UE como prioridade, ganharam as manchetes.

Apesar do voluntarismo inicial dos dois governos, os mesmos entraves encontrados anteriormente ameaçam atribular as negociações atuais. Podemos observar a reincidência de alguns aspectos da proposta de acordo de 2004 e novamente a lentidão e dificuldade no processo de discussão dos termos.

### **As primeiras propostas e seus precedentes**

A aproximação foi iniciada factualmente com a assinatura do *Acordo-Quadro de Cooperação entre União Europeia e Mercosul* (MERCOSUL/CMC/DEC. N° 5/95). O acordo previa não só uma cooperação política e econômica entre os blocos, mas também social, cultural, financeira e técnica. Eram dados, assim, os primeiros passos para o que depois transformar-se-ia em uma proposta de liberalização econômica e comercial.

Em 1999, durante a Primeira Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia, no Rio de Janeiro, o diálogo foi retomado e os primeiros passos rumo à negociação do tratado de livre comércio foram dados. Todavia, foi apenas mais tarde naquele ano que, em Bruxelas, os negociadores de ambos os blocos realizaram as primeiras tratativas formais com a criação de grupos de trabalho para avaliarem os temas relevantes para o acordo.

Entretanto, as negociações não foram tão rápidas e objetivas quanto o necessário. A constante falta de coesão do Mercosul, já mencionada anteriormente, unida ao protecionismo europeu de alguns setores, principalmente agrícola, acabaram por colocar entraves nas negociações.

Os países do Mercosul foram surpreendidos quando, em junho de 2001, a UE apresentou, antes do esperado, uma proposta de liberalização gradual e uma lista dos produtos que participariam da zona de livre comércio. Na sua proposta, os produtos agrícolas, categoria na qual os países do Cone Sul são mais competitivos, teriam pequena participação (KUME et al., 2004) e muitos daqueles que fariam parte já se beneficiavam do Sistema Geral de Preferências (SGP)<sup>5</sup> em contraste com os produtos industrializados e de bens de capital, que seriam os produtos mais competitivos do lado europeu, que entrariam em grande escala. Após isso, deu-se início a uma série de tratativas até que em 2004 propostas efetivas foram realizadas. Porém, a falta de consonância entre os interesses das partes, a nova conjuntura política da América Latina, com chegada de governos “progressistas” ao poder, e a falta de flexibilidade pelo lado europeu acabaram por desinteressar os setores favoráveis ao acordo e, por fim, paralisar as negociações até o ano de 2010.

As últimas propostas, lançadas em 2004, eram muito diferentes (BID, 2017). Enquanto a Europa preocupava-se em proteger seus mercados e sua competitividade, excluindo produtos sensíveis do acordo e buscando abertura de comércios para seus produtos, acabou por apresentar uma proposta pouco razoável para

---

<sup>5</sup> Sistema que busca a superação da deterioração dos termos de troca por meio de um tratamento tarifário preferencial para os produtos dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento.

os seus parceiros do Cone Sul. Nesta proposta, o principal ganho do Brasil, por exemplo, seria no mercado de Etanol, ao passo que, no que dizia respeito aos produtos agropecuários, apresentava-se mudança quase nula em suas quotas de importação, e o ganho dos países do Mercosul ficaria quase restrito a diminuição das tarifas e não no aumento da importação (KUME et al.,: 13-14).

Enquanto isso, a proposta por parte do Mercosul preocupava-se com uma melhor equidade entre as partes, propondo ainda que fossem criadas quotas proporcionais ao nível de desenvolvimento do país, auxiliando no desenvolvimento da região (BID, 2017). Todavia, a proposta previa um calendário de liberalização do mercado em partes, classificando os produtos participantes do acordo entre A e E, sendo que os primeiros seriam liberalizados mais rapidamente. Haveria, ainda, uma categoria de preferência fixa, que nunca chegaria à etapa final do livre comércio, participando apenas com um contingente de preferência de 20%.

A União Europeia apresentou uma proposta semelhante em tempo e método, porém diferente no contingente de produtos. Também classificados entre A e E, as categorias, à exceção da A, que seria liberalizada imediatamente, demorariam mais do que a proposta do Cone Sul para ser levado a cabo o livre comércio, devido a liberalização mais lenta. Além disso, a proposta europeia incluía duas categorias de preferências fixas, uma de 20% e outra de 50%, e a categoria de produtos que não seriam liberalizados (KUME et al., 2004).

CALENDÁRIO DE REDUÇÕES TARIFÁRIAS PROPOSTO PELO MERCOSUL, POR CATEGORIA DE PRODUTOS  
[em %]

Categoria/ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	100										
B	50	50	100								
C	11	22	33	44	55	66	77	88	100		
D	0	10	15	25	30	40	50	60	70	85	100
E	0	0	10	15	25	35	45	55	70	85	100
Preferência fixa	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Não definido											

Fonte: Departamento de Negociações Internacionais, Ministério das Relações Exteriores.

Fonte: Kume et al., p. 3, 2004.

**CALENDÁRIO DE REDUÇÕES TARIFÁRIAS PROPOSTO PELA UE, POR CATEGORIA DE PRODUTOS**  
(em %)

Categoria/ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	100										
B	20	40	60	80	100						
C	12,5	25	37,5	50	62,5	75	87,5	100			
D	9	18	27	36	45	54	63	72	81	90	100
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preferência fixa 20%	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Preferência fixa 50%	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Quota tarifária adicional (variável)											
Não definido											

Fonte: Comissão Europeia.

Fonte: Kume et al., p. 4, 2004.

Levando em consideração que ambas as propostas classificavam seus principais produtos de importação como categoria A, ou seja, de liberalização imediata dos mercados, e seus principais produtos de exportação como categorias de liberalização mais gradual, não é difícil compreender as dificuldades encontradas nas tratativas do acordo econômico.

Assim sendo, se analisarmos o caso do Brasil nesse período, veremos que suas exportações para a União Europeia eram representadas em 78,6% por produtos agropecuários e derivados, e desta proporção, mais de 41% apenas do Etanol, que seria o principal produto beneficiado pelo acordo. Porém, com a praticamente exclusão ou irrisória participação de outros produtos importantes da economia brasileira, o acordo acabaria por beneficiar de forma concreta o bloco europeu, cujos ganhos superariam em cerca de 47% os ganhos do bloco latino-americano. (KUME et al., 2004)

Por fim, pode-se constatar que a falta de flexibilidade de ambas as partes e da exploração da complementaridade econômica das regiões acabaram por transformar as tratativas do acordo em um simples intercâmbio de propostas unilaterais, nas quais a falta de consenso entre as partes e intra-bloco limitaram os avanços e a efetividade de uma possível liberalização comercial. Desse modo, as negociações esfriaram e paralisaram novamente em 2004.

Esta interrupção das tratativas se deu em partes devido às atribulações já apresentadas ao longo dos últimos parágrafos e foram complementadas pela ascensão de governos de esquerda na América Latina, notadamente Lula da Silva, no Brasil, e o casal Kirchner, na Argentina. Ambos governos demonstraram preocupação com as mazelas nacionais (RAMANZINI; VIGEVANI, 2010, p. 58), priorizando a cooperação Sul-Sul, e no caso do Brasil, a associação com outros países emergentes em coalizões como o grupo BRICS,

formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), que acabaram por relativizar a importância do TLC entre os blocos.

Associado a isso, na União Europeia, a consolidação e colocação em prática do Euro em 2002, entre outros fatores já abordados, culminaram na paralisação das tratativas até o ano de 2010, quando, na 6ª Cimeira UE – América Latina – Caribe, houve uma nova movimentação no sentido de um acordo.

### **A retomada das tratativas e a reincidência de entraves**

O retorno às negociações do TLC Mercosul-UE vem sendo saudado por alguns segmentos empresariais no Mercosul. Com a expectativa de propostas mais equitativas, as tratativas se encaminharam para o início dos preparativos para o intercâmbio de propostas, quando a vontade política do Brasil e Argentina, aliada à vontade europeia, culminaram em uma nova onda de otimismo em relação à possível concretização deste grande acordo.

Há 15 anos o Brasil não firmava acordos de grandes proporções (OLIVEIRA et al., 2014) e associado a este fato estava a tendência da cooperação Sul-Sul inaugurada pelo governo Lula da Silva (2003-2010), onde os acordos com países centrais perderam atrativo. Com a chegada da crise mundial ao país, já no governo Dilma Rousseff (2011-2016), a “pressão midiática” refletindo setores da sociedade como, por exemplo, o empresarial e de alguns partidos políticos, aumentou no sentido de haver uma aproximação com países desenvolvidos, que, segundo alguns segmentos da política e da imprensa, poderiam apresentar soluções para os problemas econômicos do país.

O processo de disseminação de informações das chancelarias de Brasil e Argentina acabou por elevar as expectativas da região em relação aos grandes benefícios que poderiam ser obtidos mediante este acordo, por meio da veiculação de pronunciamentos de diversos ministros e chefes de Estado demonstrando seu total apoio ao TLC e a possibilidade de um consenso até o fim do ano de 2018. De outro lado, aqueles que demonstram posição crítica às tratativas com a União Europeia recebem menos destaque, a exceção da mídia venezuelana, mais especificamente vinculada ao chavismo como, por exemplo, a TeleSur<sup>6</sup> que se apresenta como contrapeso aos demais grandes periódicos do bloco.

Contudo, as problemáticas e entraves da primeira tentativa das negociações, apesar de atenuadas, continuavam representando os principais obstáculos de uma possível concretização do acordo. A política agrícola da Europa, segundo notícias observadas durante o processo de discussão do acordo<sup>7</sup>, ainda mantinha-se como ponto chave para muitos países do bloco europeu, notadamente para a França, Bélgica e Irlanda.

No bloco latino-americano, a postura da Argentina manteve-se cética em relação às tratativas e apenas com a transição dos governos de Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015) para o governo Macri (2015 até os dias atuais) é que sua posição foi alterada, gerando uma tendência de resolução dos

<sup>6</sup> Venezuela no participará en acuerdo TLC entre el Mercosur y UE. 02/11/2016. <<https://www.telesurtv.net/news/Venezuela-no-participara-en-acuerdo-TLC-entre-el-Mercosur-y-UE-20161102-0055.html>> Acesso em 23/05/2018.

<sup>7</sup> Reunião de negociadores-chefe do Mercosul e da União Europeia. 24/06/2016. <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14268-reuniao-de-negociadores-chefe-do-mercosul-e-da-uniao-europeia>> Acesso em 23/05/2018. Com proposta decepcionante da UE, rodada de acordo com Mercosul é adiada. 04/10/2017. <<https://www.istoedinheiro.com.br/com-proposta-decepcionante-da-ue-rodada-de-acordo-com-mercosul-e-adiada/>> Acesso em 23/05/2018.

entraves. Antes disso, o governo Néstor Kirchner duvidava dos resultados positivos do acordo, pois, na tentativa de proteger a sua indústria, acreditava que uma abertura tão vasta de seu mercado acabaria por impossibilitar seu desenvolvimento e autonomia. Samuel Pinheiro Guimarães, diplomata brasileiro que atuou no cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul de 2011 a 2012, e grande crítico de um TLC com a UE em virtude das grandes assimetrias<sup>8</sup> existentes, alertou em um dos pontos de seu Relatório de demissão em 2012 para o Conselho de Ministros que a integração do Mercosul e o sucesso do bloco não é de interesse de nenhum outro país que não seus Estados-Parte e mesmo que, retoricamente, os países desenvolvidos demonstrem seu apoio, em um mundo multipolar em crise, o sucesso na integração e desenvolvimento de blocos compostos por países subdesenvolvidos não serve aos interesses centrais. Para as potências globais, o importante é a facilidade de acordos que, ao trabalhar com blocos coesos, torna-se impossível. Assim sendo, a mídia acaba por contribuir para os interesses das potências mundiais, ignorando, com ou sem intenção, os avanços e desenvolvimento do bloco. De modo que seus sucessos são pouco abordados e seus fracassos escandalizados (GUIMARÃES, 2012).

Uma das principais dificuldades é encontrar, de fato, quais são as propostas de cada lado. Isto se observa desde o início, em 1995, e atualmente tem dado margem para a mídia idealizar o acordo e todos os seus supostos benefícios. A realidade se mostra um tanto mais nebulosa. Grandes discussões têm sido travadas acerca do setor primário e pouco se tem observado em resoluções concretas.

Com base nos dados expostos pelo relatório “Os Futuros do Mercosul” (2017) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nas propostas intercambiadas na primeira metade de 2016, a União Europeia propôs um rol de produtos agrícolas, porém, grande parte destes produtos já são beneficiados pelo SGP. Esta proposta apresenta ainda uma série de restrições a produtos relevantes para as exportações do bloco latino-americano, notadamente etanol e carne bovina.

Apesar das evidentes dificuldades, declarações de presidentes, chanceleres, ministros e representantes de ambos os blocos têm incentivado a crença de negociações rápidas e objetivas, havendo, inclusive, a criação de grupos de discussão por setor com a finalidade de resolver os impasses de forma mais otimizada (EBC, 2017; FIESP, 2013; INFOBAE, 2018; EL CRONISTA, 2019). Porém, os impasses não chegam ao conhecimento de todos, assim como os benefícios não são especificados. O otimismo que envolve todas as tratativas deste acordo são, na verdade, um “tiro no escuro”.

Expectativas em torno de melhorias na exportação de carne têm impellido Argentina e Uruguai a buscar por investimentos e acesso ao mercado europeu. Mas, enquanto os ganhos dos países do Mercosul limitam-se, em muitas vias, aos mercados primários, ou em quotas para tais produtos, e também ao estabelecimento de uma imagem positiva como países capazes e inseridos no comércio mundial, os ganhos europeus tendem a ser muito maiores.

---

<sup>8</sup> Aqui nos referimos ao grande desnível industrial e tecnológico entre os dois blocos, com ampla vantagem para os europeus. Para uma análise das assimetrias institucional e relacional entre o Mercosul e a UE, ver o trabalho de Deisy Ventura (2003), “As Assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia - Os Desafios de uma Associação Inter-regional”.

No entanto, vale salientar que a União Europeia representa um importante mercado para os Estados-Parte do Mercosul, porém tem perdido espaço; entre os parceiros comerciais do Brasil, a maior economia do bloco, a União Europeia deixou de ser um dos principais destinos de exportações, lugar que foi ocupado pelo gigante asiático, a China. O crescimento da demanda chinesa a partir de 2009 por produtos brasileiros foi, em contrapartida, seguida de uma queda, a partir de 2011, da demanda europeia. Mesmo com a diminuição de ambas as demandas, a China passou a ocupar o primeiro lugar em destino de exportações brasileiras em 2015, enquanto a União Europeia passou a assumir o segundo lugar (VALDEZ, 2017).

Devido a isto, a expectativa de intercâmbio de ofertas era, para a segunda metade do ano de 2015, porém só se concretizaram após o aceite da União Europeia em continuar as negociações. Isso nos leva a refletir e a questionar qual a real importância do acordo para estes países desenvolvidos e se as expectativas do Mercosul não são fundadas em uma ilusão de reciprocidade.

Décadas se passaram desde que Celso Furtado (2016, p. 5), influenciado por Raúl Prebisch, afirmou que “o capitalismo deveria ser observado como um processo de difusão do progresso técnico, difusão irregular, comandada pelos interesses das economias criadoras de novas técnicas”. A partir dessa afirmação, levemos em consideração a evidente superioridade tecnológica da União Europeia em relação ao Mercosul no que tange a produção industrial. Pode-se observar, portanto, que uma abertura de comércio consistiria em uma medida contraproducente para o desenvolvimento econômico da região sem a devida avaliação dos seus efeitos no médio e longo prazo (MARCHINI, 2017). O agronegócio é o setor mais interessado em ter acesso ao mercado consumidor europeu. Contudo, não deveríamos pautar o acordo somente em relação a ele.

Na avaliação extremamente crítica e que consideramos pertinente, Samuel Pinheiro Guimarães (2014) observa que a eventual liberalização do mercado com a UE poderia acarretar no desestímulo da produção industrial nacional, pois cerca de 40% do comércio industrial é realizado intra-firma e uma abertura do comércio levaria a falta de benefícios da instalação de empresas no bloco, visto que seria de maior ou igual facilidade simplesmente exportar os produtos. O capital de investimento poderia então voltar aos seus países de origem ou serem realocados.

Assim, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff no Brasil em 2016 e a conseguinte crise política instaurada levaram à ascensão de Michel Temer à presidência da República e, tendo este último um viés mais liberal, acabou por aliar-se à Argentina de Macri e a elevar o TLC ao nível de prioridade para o Mercosul. Em virtude disso, em abril de 2017, o chanceler brasileiro Aloysio Nunes declarou que “acesso a mercados da União Europeia é prioridade do Mercosul” (EBC, 2017). Porém, a partir dos dados analisados, pode-se questionar veementemente o real benefício em priorizar o acordo com a UE e o quão benéficos seriam os resultados para o Mercosul.

### Comparação e perspectivas

Com base nas informações disponíveis até o presente momento, pudemos ter acesso a algumas propostas tanto de 2004 quanto de 2016. Ambos os blocos têm demandas *sine qua non* para a celebração do tratado. Por parte do Mercosul demanda-se que o cronograma de liberalização inclua tanto as tarifas *ad-*

*valoren* quanto as específicas de cada produto e suas combinações. Já a União Europeia demanda o fim dos direitos de exportação (retenções) que são aplicados pelos Estados-Parte do Mercosul, em especial a Argentina (BID, 2017).

A evolução das propostas é notória por parte da simplificação do Mercosul que passou a incluir 87% de cobertura na proposta, quando em 2004 cobria apenas 71%. Em parte, isto se deve ao desmanche das categorias de quotas e a inclusão destes produtos no processo de liberalização propriamente dito. Houve também a diminuição dos prazos de liberalização, porém uma série de produtos terá a liberalização mais tardia do que se comparado com a oferta de 2004, sendo que 47% dos produtos só terão sua liberalização após 15 anos de assinatura do acordo Mercosul-UE (BID, 2017).

Outra diferença é a liberalização linear proposta pelo bloco sul-americano, em contraste com a sua proposta de liberalização não-linear anterior. Mesmo assim, tendo a proposta uma previsão de 15 anos para a sua contemplação, vai ao encontro da demanda europeia de limitar o prazo aos 10 anos.

A proposta da União Europeia manteve-se na mesma complexidade, cobrindo 89% do comércio, acrescidos de 4% de quotas de importação. Assim, pode-se observar uma diminuição de quase sete pontos percentuais em relação à proposta de 2004, quando, incluindo a de liberalização e de quotas, chegava a 99% do comércio. Esta proposta considera um prazo máximo de 10 anos para a conclusão da abertura do mercado e prevê uma liberalização mais rápida em relação à proposta do Mercosul, visto que 74% do comércio seria aberto imediatamente (BID, 2017, p. 34-35).

No entanto, os dados apontam que destes 74%, grande parte dos produtos já apresentam tarifa nula ou quase nula e que, portanto, é apenas um número “impressionante”, mas com pouco valor real. Além do mais, produtos importantes da pauta do Mercosul sofreram importantes restrições em relação à proposta de 2004 como, por exemplo, o etanol e a carne bovina. Representantes do Uruguai anunciaram que sem carne bovina não há acordo e, como se observa nestes quase 18 anos de tratativas, a política europeia de proteção dos mercados primários impõe-se como grande empecilho para a conclusão do acordo.

É possível observar a falta de compasso das propostas de ambos os blocos e também a baixa exploração da complementaridade de ambas as regiões. Assim, torna-se difícil imaginar os benefícios do acordo, quando o mercado agropecuário é o mais competitivo por parte do Mercosul e sua participação é restrita em muitos pontos. Em contrapartida, o mercado industrial, com o qual o bloco não tem capacidade de competir, tem uma participação relevante nas propostas.

Apesar disso, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) declara seu amplo apoio ao TLC, visto que espera uma facilidade na transferência de tecnologia entre os blocos, o que acarretaria na modernização do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, no crescimento econômico dos países do Cone Sul. Acreditam, portanto, que através da concorrência e cooperação tecnológica os países do Mercosul, seriam beneficiados (FIESP, 2013, 2017). Ademais, segundo dados expostos por Danilo de Freitas (2009), o Mercosul teria muito a se beneficiar de uma intensificação do comércio com a União Europeia, que aumentaria o Produto Interno Bruto dos países membros do bloco.

Todavia, vale lembrar que o mercado de manufaturados brasileiros encontra seus principais compradores intra-bloco e que uma eventual liberalização acarretaria na competição destes com os produtos europeus. A consequência seria uma desindustrialização e mais, caso celebrado este tipo de acordo com a União Europeia, levaria a demanda de outros parceiros comerciais por tratamento semelhante (GUIMARÃES, 2014). Assim, em poucos anos poderiam ser celebrados TLCs com Estados Unidos, Japão e China, o que levaria a um desgaste imenso das indústrias nacionais.

Por outro lado, o Embaixador João Gomes Cravinho, chefe da delegação da União Europeia no Brasil, em palestra na Fundação Fernando Henrique Cardoso em 11/05/2017, apresentou um panorama favorável para um eventual acordo Mercosul-UE. Segundo o embaixador, o acordo favoreceria (FFHC, 2017):

1. Acesso privilegiado e preferencial de produtos brasileiros ao maior mercado do mundo, formado por 28 Estados, com um PIB cerca de 10% superior ao norte-americano. Quando um produto é desembarcado em um porto europeu, pode ser comercializado em qualquer outro destino sem custo adicional além do transporte;
2. Mais do que acesso privilegiado e preferencial, um acordo de livre comércio anularia desvantagens competitivas que o Mercosul tem atualmente com outros países que já possuem acordos com a UE, como México, Chile, Colômbia e Coreia do Sul, evitando que essas desvantagens se aprofundem com o decorrer do tempo;
3. Permitiria uma inserção mais rápida das empresas brasileiras nas cadeias de valor globais, gerando não somente um aumento quantitativo dos fluxos comerciais como também transformações qualitativas;
4. Poderia impulsionar reformas estruturais que nem sempre acontecem por obra e graça de um bom governo, mas quando um novo contexto as tornam absolutamente necessárias;
5. Facilitaria a transferência de tecnologia entre empresas europeias e do Mercosul, com maiores possibilidades de interação entre elas;
6. Permitirá explorar círculos virtuosos de investimento em bens e serviços com valor de capital mais elevado. Atualmente, cerca de 60% do investimento direto estrangeiro no Brasil já vem da União Europeia. O investimento brasileiro e do Mercosul na Europa deve aumentar.

Trata-se, portanto, de uma visão otimista que permite depreender que existirá um ganho geral para os dois blocos, principalmente para o Mercosul. Para corroborar o cenário favorável para a integração, o embaixador Cravinho forneceu algumas estatísticas positivas.

Consultores dinamarqueses, em estudo para a UE, preveem que o Mercosul aumentaria as suas exportações para o bloco europeu em cerca de 40%.

Já a Fundação Getúlio Vargas prevê que uma redução de 25% nas tarifas, ao lado de uma revisão das barreiras não-tarifárias, aumentaria as exportações em USD 28 bilhões, um aumento de 50% para 60%. A FIESP prevê um aumento entre USD 5 e 6 bilhões. Uma análise mais conservadora (FFHC, 2017).

Apesar de inúmeros trabalhos apontarem o acordo Mercosul-UE como favorável, no campo teórico, como analisou Freitas (2009), eles podem não se refletir frente a realidade da dinâmica comercial entre blocos assimétricos. Sendo assim,

Não há justificativa econômica para a ideia de que um acordo de livre-comércio deva gerar um balanço eqüitativo de ganhos entre as partes, mas sim permitir que estas explorem suas respectivas vantagens comparativas, induzindo as economias a uma especialização maior e a uma alocação mais eficiente de seus recursos (KUME et al., 2004, p. 14).

Um aspecto de vital importância para as tratativas em curso refere-se aos impactos reais sobre as estruturas econômico-industriais do Mercosul, notadamente do Brasil e até mesmo para a Argentina. Uma abertura econômica que caiba a liberação de produtos agrícolas seria favorável ao bloco em virtude do reconhecido dinamismo desse setor. Por outro lado, os interesses específicos de segmentos comerciais e sindicais com possíveis perdas do bloco europeu serão obstáculos ao avanço do acordo.

### Considerações Finais

Ao contrário da ideia de que um “grande acordo econômico” poderia funcionar como um catalisador para uma maior participação do Mercosul e do Brasil (especificamente) no comércio internacional, existem alguns pormenores que geralmente não são analisados de maneira correta ou são subvalorizados. As possíveis vantagens nas relações comerciais entre a UE e o Mercosul podem não se verificar na prática, existindo, assim, uma grande lacuna entre o plano das pretensões e a realidade.

O que se coloca por parte dos empresários, dos políticos e setores da mídia brasileira, por exemplo, é que o aumento fluxo comercial entre os blocos trariam benefícios para o Mercosul. Contudo, não levar em consideração as assimetrias entre os blocos é um dos principais problemas. O mais importante seria a “qualidade” desse fluxo comercial.

Outro aspecto verificado ao longo dos governos petistas foram as severas críticas à falta de assertividade para destravar o acordo com a UE. A perspectiva era de que bastaria uma atuação mais incisiva (até mesmo política) e reuniões para que o acordo fosse fechado. Opinião esta compartilhada pelo senador e ex-chanceler brasileiro José Serra (2016-2017), que ocupou inicialmente o cargo ministro das Relações Exteriores no governo Temer (PENNAFORTE, 2016).

Contudo, o próprio histórico entre os dois blocos e a complexidade de interesses envolvidos vem demonstrando o contrário. O próprio José Serra, em maio de 2016, em Paris, na Semana da América Latina, declarou que “Os brasileiros gostam de falar dos defeitos do nosso protecionismo, e com razão. Agora, os europeus não falam dos defeitos do seu protecionismo, que é maior do que o nosso” (RFI, 2016). Uma análise bem diferente de quando ocupava a posição de oposição aos governos petistas.

O fato é que o acordo Mercosul-UE não pode ser realizado com “portas fechadas”. Trata-se de um fato de grande envergadura que traz efeitos sobre toda a economia, não só do Brasil como do bloco. A constante proteção europeia de seus mercados e a disseminação de informações pouco precisas não favorecem ao debate crítico e realista dos efeitos do possível mega-acordo.

Os perigos que cercam o setor industrial brasileiro a partir destas propostas parecem superar muito os possíveis benefícios dados ao setor agropecuário. Acreditamos que a avaliação sobre os possíveis benefícios gerados por um acordo, obedecem a uma perspectiva linear que não leva em consideração as assimetrias das relações comerciais entre o Mercosul e a UE. Ou seja, a interação comercial por si só, na visão dos setores empresariais, favoreceria um “spillover” para o Brasil e o bloco como um todo. E mesmo que as propostas abrangessem equitativamente este setor, as indústrias nacionais, ou seja, a produção de produtos de maior

valor agregado, cujo desenvolvimento deveria constituir a prioridade dos países em desenvolvimento, teria seu crescimento posto em cheque devido à competição desleal em termos tecnológicos.

O benefício de um acordo dessa magnitude para a UE é evidente e inquestionável, porém só a vontade política do Mercosul não é suficiente para garantir benefícios desta troca. Ao que parece, os benefícios de um possível incremento das exportações do setor primário para o bloco europeu e uma facilidade maior na importação de bens de capital e serviços têm sido levados mais em conta do que o custo de oportunidade que isto geraria no setor industrial.

A maior parte dos argumentos pode ser contraposto pela análise crítica do desenvolvimento do processo e pelas ofertas apresentadas. Por mais que as informações encontradas não sejam completas, é evidente a falta de equidade nos ganhos. Isto nos leva a questionar se, por parte do Mercosul, o acordo não tem sido impulsionado mais por questões políticas de curto prazo do que por uma real expectativa de ganhos recíprocos.

As metas de fechar um acordo até final do ano entre UE e Mercosul permanecem, porém está cada vez mais difícil de enxergar um desfecho para tal ação. No início de outubro de 2017, a UE apresentou ao bloco do Cone Sul uma proposta que foi considerada um retrocesso e, de certa forma, decepcionante. Proposta a qual teria a ver com a compra anual de carne e etanol e os números estavam abaixo das intenções dos europeus no ano de 2004 (ISTOÉ DINHEIRO, 2017).

Ainda em outubro, as possibilidades para uma negociação estavam altas e isso se corroborava com a palavra de Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia, na coletiva após encontro de líderes do bloco em Bruxelas: “Nós continuaremos a fazer tudo que pudermos para concluir as negociações com o Mercosul antes do final do ano. É importante. Nós subestimamos a importância do Mercosul para a União Europeia” (RFI, 2017).

Porém, o impulso protecionista, principalmente no campo agrícola, desconfianças e dúvidas do governo francês continuam a ser um entrave. “É indispensável que essas negociações se atualizem se queremos levá-las adiante”, disse o presidente francês Emmanuel Macron aos representantes do agronegócio do bloco, os quais temem os efeitos da entrada de carne e de outros produtos sul-americanos na Europa a preços mais competitivos (EL PAÍS, 2017).

Apesar das negociações serem feitas a “toque de caixa” e tendo como horizonte que setores da UE (França, Bélgica e Irlanda) não abrirão mão de seus interesses específicos, é possível prever o “início do fim do Mercosul e o fim da possibilidade de desenvolvimento autônomo e soberano brasileiro e do objetivo estratégico brasileiro de construir um bloco econômico e político na América do Sul, próspero, democrático e soberano” (GUIMARÃES, 2014).

Deste modo o primeiro aspecto a ser levado em consideração é a divulgação e a participação da sociedade no processo de discussão do acordo. Empresários, sindicatos, movimentos social e ambiental, devem participar de maneira efetiva nas discussões sobre os termos do acordo. Isso seria uma forma de diminuir ou minimizar os impactos negativos do TLC sobre as sociedades envolvidas.

Em nossa opinião, o Mercosul é a chave para o desenvolvimento autônomo e estratégico da região e deve ser tratado como prioridade por seus Estados Parte. A celebração de um TLC que não signifique pelo menos vantagens concretas deve ser vista com desconfiança, além de poder levar ao fim dessa estratégia econômico-política e causar grandes perdas nas aspirações sul-americanas de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- Acesso a Mercados da União Europeia é prioridade do Mercosul, diz Aloysio Nunes. **Empresa Brasileira de Comunicação**. Brasília, 24 abril. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/acesso-mercados-da-uniao-europeia-e-prioridade-do-mercosul-diz-aloyisio>> Acesso em 01 julho 2017.
- Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes. **Ministério das Relações Exteriores**. 1999. Disponível em <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/acordo-quadro-inter-regional-de-cooperacao-entre-a-comunidade-europeia-e-os-seus-estados-membros-e-o-mercosul-e-os-seus-estados-partes/>> Acesso em 10 junho 2017.
- ALMEIDA, Paulo R. O Mercosul aos 25 anos: minibiografia não autorizada. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=19068>>. Acesso 21 maio 2018.
- Os Futuros do Mercosul 2017. **Banco Interamericano de Desarrollo**. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8172/Los-futuros-del-Mercosur-Nuevos-rumbos%20de-la-integracion-regional.pdf?sequence=6&isAllowed=y>> Acesso em 05 junho 2017.
- CAETANO, G.; BARTESAGHI, I. La agenda externa del Mercosur y las negociaciones con la Unión Europea: ¿La última oportunidad? In: **Aldea Mundo Revista sobre Fronteras e Integración**. San Cristóbal, v.1, n.37, p. 09-24, 2014. Disponível em <[http://ucu.edu.uy/sites/default/files/facultad/fce/dnii/La\\_agenda\\_externa\\_del\\_Mercosur\\_y\\_las\\_negociaciones\\_con\\_la\\_Union\\_Europea\\_la\\_ultima\\_oportunidad.pdf](http://ucu.edu.uy/sites/default/files/facultad/fce/dnii/La_agenda_externa_del_Mercosur_y_las_negociaciones_con_la_Union_Europea_la_ultima_oportunidad.pdf)> Acesso em 03 maio 2017.
- El gobierno confía en lograr el acuerdo UE –Mercosur antes de Julio. **El Cronista**. 19 março. 2019. Disponível <<https://www.cronista.com/economiapolitica/El-Gobierno-confia-en-lograr-el-acuerdo-UE-Mercosur-antes-de-julio-20180319-0086.html>> Acesso em 26 maio 2019.
- Dúvidas da França ameaçam o pacto comercial entre União Europeia e Mercosul. **El País**. 23 outubro. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/17/internacional/1508275093\\_910446.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/17/internacional/1508275093_910446.html)> Acesso em 24 outubro 2017.
- Embaixadores da União Europeia se reúnem na FIESP para discutir acordo comercial com Mercosul. 2013. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)**. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/imprensa/embaixadores-da-uniao-europeia-se-reunem-na-fiesp-para-discutir-acordo-comercial-com-mercosul/>> Acesso em 09 agosto de 2017
- ‘Só falta o Mercosul’, diz chefe da delegação da União Europeia no Brasil em seminário na FIESP. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)**. 2017. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/so-falta-o-mercosul-diz-chefe-da-delegacao-da-uniao-europeia-no-brasil-em-seminario-na-fiesp/>> Acesso em 09 agosto de 2017.
- FREITAS, Danilo M. **Perspectivas de vantagens e desvantagens na implantação do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia**. 2009. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123549/Economia291817.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 12 agosto de 2017.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. In: **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 5-19, outubro. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643307/10831>>. Acesso em: 27 maio 2018.

UE insiste em negociação com Mercosul apesar de oposição da França. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 20 outubro. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1928725-ue-insiste-em-negociacao-com-mercosul-apesar-de-oposicao-da-franca.shtml>> Acesso em 23 outubro 2017.

Mercosul e União europeia podem chegar a acordo comercial. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 outubro. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1929646-mercosul-e-uniao-europeia-podem-chegar-a-acordo.shtml>> Acesso em 24 outubro 2017.

GUIMARAES, S. P. A União Europeia e o fim do Mercosul. **Carta Maior**. 26 abril. 2014. Disponível: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15969/A%20uni%C3%A3o%20europeia%20e%20o%20fim%20do%20mercosul.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 23 julho 2017.

GUIMARAES, S. P. **Relatório ao Conselho de Ministros**. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/relatorio-ao-conselho-de-ministros>> Acesso em 25 julho de 2017.

Dujovne se mostrou otimista en que se podrá alcanzar este año un acuerdo Unión Europea-Mercosur. **INFOBAE**. Buenos Aires, 19 março. 2018. <<https://www.infobae.com/economia/2018/03/19/dujovne-se-mostro-optimista-en-que-se-podra-alcanzar-este-ano-un-acuerdo-union-europea-mercosur/>> Acesso em 25 maio 2018.

Com proposta decepcionante da UE, rodada de acordo com Mercosul é adiada. **ISTOÉ ECONOMIA**. São Paulo, 04 outubro. 2017. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/com-proposta-decepcionante-da-ue-rodada-de-acordo-com-mercosul-e-adiada/>> Acesso em 20 outubro 2017

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro; CASTILHO, Marta R., **Acordo de Livre-Comércio Mercosul – União Europeia: Uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro**. 2004. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1897/1/TD\\_1054.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1897/1/TD_1054.pdf)> Acesso em 05 maio de 2017.

LEÃES, Ricardo F.; BEM, Augusto P. de. O Acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia: obstáculos intransponíveis? **Panorama Internacional**. Porto Alegre, v.2, n.4, 2017. Disponível em <<http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/o-acordo-comercial-entre-o-mercosul-e-a-uniao-europeia-obstaculos-intransponiveis/>> Acesso em 25 julho 2017.

MARCHINI, Jorge. Unión Europea – Mercosur: ¿Qué se está negociando? **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano Segunda época**. Buenos Aires, n.47, julio, 2017. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170814024909/CuadernoPCL-N47-SegEpoca.pdf>> Acesso em 25/05/2018.

MEISSNER, Katharina L. The time has come to look at Brazil The EU's shift from interregional negotiations with MERCOSUR to a bilateral Strategic Partnership with Brazil. **EUI Working Paper RSCAS 2015/37**. Firenze, june, p.1. 2015. <[http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/36119/RSCAS\\_2015\\_37.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/36119/RSCAS_2015_37.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 12 abril 2018.

- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/>> Acesso em 15 maio 2017.
- OLIVEIRA, Gabriela; GUERRILHA, Guilherme; BUZZI, Júlia. **O infindável acordo entre o Mercosul e a União Europeia**. 2014. Disponível: <<https://onial.wordpress.com/2014/04/24/o-infindavel-acordo-entre-o-mercosul-e-a-uniao-europeia/>> Acesso em 20 maio 2017.
- PENNAFORTE, Charles. Brasil, quo vadis? **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais** Brasília, 25 maio 2016. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=19262>> Acesso em 06/11/2017
- PENNAFORTE, Charles. **Brasil, Mercosul e Aliança do Pacífico: convergência ou antagonismo?** Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.
- PREBISCH, Raúl. Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico. **NU-CEPAL Estudio Económico de América Latina**. 1949. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1110/006\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=>](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1110/006_es.pdf?sequence=1&isAllowed=>)> Acesso em 16 outubro 2017.
- RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil. **Observatorio Social de América Latina**. Buenos Aires, año XI, n.27, p.45-63, 2010. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115349/ISSN15153282-2010-09-27-45-63.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 25 maio 2018.
- SCHERER, André L. F. Significados e impasses do acordo Mercosul – União Europeia. **Panorama Internacional**. Porto Alegre, s/d, 2017. Disponível em <<http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/significados-e-impasses-do-acordo-mercosul-uniao-europeia/>> Acesso em 28 maio 2017.
- VALDEZ, Robson. O longo acordo de comércio e investimentos Mercosul-União Europeia. **Panorama Internacional**. Porto Alegre, s/d, 2017 Disponível em <<http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/o-longo-acordo-de-comercio-e-investimentos-mercosul-uniao-europeia/>> Acesso em 17 maio 2017.
- Os desafios para a conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia. **Fundação Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo, maio. 2016. Disponível em <<http://fundacaofhc.org.br/iniciativas/os-desafios-para-a-conclusao-do-acordo-mercosul-uniao-europeia>> Acesso em 22 outubro 2017.
- Em Paris, Serra critica protecionismo europeu. **RFI**. Paris, 31 maio. 2016. Disponível em <<http://br.rfi.fr/franca/20160531-em-paris-serra-critica-protecionismo-europeu>> Acesso em 31 outubro 2017.

*Recebido em 22 de julho de 2016.  
Aprovado em 19 de maio de 2018.*

## RESUMO

Este artigo tem como finalidade analisar o mega-acordo de liberalização econômica e comercial entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União Europeia (UE) que vem sendo discutido e negociado há mais de uma década sem nunca haver uma concordância nas propostas e interesses das partes em questão, e assim, a assinatura vem sendo adiada até os dias atuais. Durante o texto abordamos os possíveis ganhos e vantagens para o bloco do Cone Sul através da análise das propostas, de declarações oficiais e outras fontes importantes de informação para observar os impactos positivos e/ou negativos principalmente para a economia brasileira e as possíveis perspectivas em caso de uma finalização do acordo.

**Palavras-chave:** Mercosul; União Europeia; Acordo Econômico-Comercial.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the economic and liberalization deal between the Mercado Comum do Sul (Mercosul) and the European Union (EU) that has been discussed and negotiated for over a decade without ever reaching a common ground in the proposes and interests of the parts in question. Thus, the signature has been postponed until nowadays. During this text we approach the possible gains and vantagens of the deal for the South American economic bloc through the analyzes of the proposes, official declarations and other important sources of information to observe the positive and/or negative impacts as the possible perspectives for the bloc, with emphasis in the Brazilian economy, in case of a resolution.

**Key-words:** Mercosul; European Union; Economic Agreement.